



Ulisses (foto menor) e Pimenta da Veiga, tentando aprovação rápida do pacote.

## Por estas contas, o déficit público estará eliminado em 1986.

O aumento de arrecadação proporcionado pelo pacote econômico, somado ao crescimento econômico e à queda dos juros da dívida interna, de 18 para 15,5%, levará o governo a eliminar o déficit público e zerar suas contas em 1986. Essa previsão foi feita ontem, em Belo Horizonte, pelo diretor da Dívida Pública do Banco Central, André Lara Resende, segundo quem, a redução de Cr\$ 60 a Cr\$ 70 trilhões dos Cr\$ 211 trilhões do déficit nominal, prevista para o ano que vem, é uma estimativa conservadora, sendo bastante provável que se chegue a um equilíbrio orçamentário.

André Resende explicou por que o governo fez duas modificações no pacote econômico após a conversa dos ministros Dilson Funaro e João Sayad com os parlamentares no Congresso Nacional. Ele afirmou que as restituições do Imposto de Renda não vão ser mais efetuadas em ORTNs e sim em cheques, porque o processo seria de difícil operacionalização, sem a necessária liquidez destes títulos, e provocaria muita irritação entre os contribuintes.

Outra modificação refere-se ao Imposto de Renda sobre operações de curto prazo, que originariamente seria cobrado através do IOF, voltando-se agora para o próprio IR, sem direito a restituição e com alíquotas a serem fixadas pelo CMN.

Esta modificação foi feita, segundo ele, devido à reclamação de alguns parlamentares ligados à Frente Municipalista, já que os municípios ficariam prejudicados com a transferência de recursos para o IOF, que não é destinado ao Fundo de Participação dos Municípios.

O ministro do Planejamento, João Sayad, foi questionado pelos empresários de Santa Catarina sobre a mudança dos cálculos do índice da inflação da FGV para o IBGE, aplicando o IPCA (Índice de Preços



ao Consumidor Ampliado). A pergunta foi feita pelo presidente da Federação das Associações Industriais e Comerciais do Paraná, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, que considerou "estranha" a mudança e quis saber se também afetaria o custo do dinheiro.

Sayad fez duras críticas à Fundação Getúlio Vargas, dizendo que o processo de coleta daquela fundação é "extremamente imperfeito e gera muitas reclamações, pois os preços às vezes são coletados por telefone e os índices do custo de vida colhidos apenas no Rio de Janeiro". Para o ministro, o índice da FGV não é adequado "do ponto de vista conceitual", observando que três itens integram as pesquisas da FGV para chegar ao índice da inflação: Índice de Preço por Atacado (que tem peso 6), do Custo de Vida (3) e Índice do Custo de Construção (peso 1).

Já o índice colhido pelo IBGE, segundo o ministro, atinge várias capitais e é coletado por um exército de pesquisadores de preços, baseando-se em 250 mil informações.

Para ele, a medida é mais correta, lembrando que, além disso, há o conselho do INPC, composto por trabalhadores, empresários e economistas, que têm acesso a todos os procedimentos de coleta de preços e por isso "esperamos que deem respaldo a essa medida". Garantiu que esse novo índice será aplicado tanto para os trabalhadores como no mercado financeiro, enfatizando que o IPCA "é correto" e vem defendendo sua aplicação desde março último. No entanto, reconheceu que talvez tenha sido aplicado no momento inadequado, pela discrepância dos números da FGV (inflação de 15%) e do IBGE (11,12%). "São números completamente díspares" — disse aos empresários —, "mas a medida é justa. O processo é confiável".

Na rápida entrevista à imprensa, em Florianópolis, Sayad também foi questionado sobre os novos índices para medir a inflação e disse acreditar que terão "reflexos positivos". Observou que "pode-se reclamar da oportunidade da mudança, mas o índice do IBGE é absolutamente correto, porque usa um índice de cobertura nacional, com um processo de coleta de preços muito abrangente". Também abordou o índice da FGV, observando que "é baseado em pesquisa de orçamento familiar muito antiga, cujo processo de coleta precisa ser aperfeiçoado". Ele também lamentou que a mudança tenha ocorrido no momento em que a diferença de índices entre FGV e o IBGE é muito grande, "mas é uma diferença que às vezes é para mais e outras para menos, não existe uma diferença permanente, decorre da ponderação excessiva de alguns produtos, de ponderação falha de outros". Ressaltou, no entanto, que o que orientou a decisão do governo foi a utilização de um índice que possa ser utilizado por trabalhadores e pelo mercado financeiro e por ter uma qualidade melhor e maior abrangência.